

DYONÉLIO MACHADO: LITERATURA PAMPEANA PARA ALÉM DE SUAS FRONTEIRAS

Jonas Kunzler Moreira Dornelles

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pós-Graduação em Letras,
Avenida Ipiranga 6681, 90619-900, Porto Alegre, Brasil
jkdornelles@hotmail.com

Dyonélio Machado: Pampean literature beyond its borders

Abstract: The current paper presents an analysis of the set of figurations of characters coming from the border in Dyonélio Machado's work, related to aspects of his essayistics. A Marxist politician persecuted by Brazilian authoritarianism at several points, producer of a writing that was progressively rejected by the publishers of his time, it will be in consideration of the ambivalence of his representations of the border that we can find a new bias of interpretation for his literature. Following Walter Mignolo's epistemology of the border, which proposes a liminal knowledge that seeks to consider both sides of the border without fixating on either, Dyonélio Machado's proximity to a particular form of social poetry coming from the pampas can be recognised, similar to the examples of political *gauchesca* analysed by Ángel Rama. Whether through contact with Uruguayan culture in his hometown, where he also witnessed civil wars and manifestations of *caudillismo* in various forms, or through the ambivalence found in various characters from the "eastern frontiers", a border knowledge can be recognised inscribed in his literature. In the in-between place between criminals and military heroes, Dyonélio Machado's representations take into consideration the rejected and anonymous figures of official political history, as well as they question the violence of the great modernisation projects, in the vision of their forgotten ruins at the geographical limits of the nation.

Keywords: Dyonelio Machado; pampa district; liminal thinking; border epistemology; gauchipolitics

Resumo: O presente artigo apresenta uma análise do conjunto de figurações de personagens vindas da fronteira na obra de Dyonélio Machado, relacionados com aspectos de sua ensaística. Político marxista perseguido pelo autoritarismo brasileiro em diversos momentos, produtor de uma escritura que foi progressivamente rejeitada pelas editoras de seu tempo, será em consideração à ambivalência de suas representações da fronteira, que poderemos encontrar um novo viés de interpretação para sua literatura. Seguindo a epistemologia da

fronteira de Walter Mignolo, que propõe um saber liminar que busca considerar ambos os lados da fronteira sem se fixar em nenhum deles, podemos reconhecer a proximidade de Dyonélio Machado com uma forma particular de poesia social proveniente do pampa, semelhante aos exemplos da gauchesca política analisados por Ángel Rama. Seja pelo contato com a cultura uruguaia em sua cidade natal, onde também testemunhou guerras civis e manifestações de caudilhismo em diversas formas, seja pela ambivalência que encontramos em diversas personagens originárias das «fronteiras orientais», podemos reconhecer um saber fronteiriço inscrito em sua literatura. No entre-lugar entre criminosos e heróis militares, as representações de Dyonélio Machado levam em consideração os rejeitados e anônimos da história política oficial, assim como questionam a violência dos grandes projetos de modernização, na visão de suas ruínas esquecidas nos limites geográficos da nação.

Palavra-chave: Dyonélio Machado; comarca do pampa; pensamento liminar; epistemologia da fronteira; gauchipolítica.

1. Introdução

Nascido em 1895 na cidade de Quaraí, cidade da região oeste do Rio Grande do Sul, que faz divisa com a cidade de Artigas, no Uruguai, Dyonélio Tubino Machado veio ao mundo em meio a uma série de acontecimentos políticos violentos, próprios de um disputado limite territorial. Cresceu ouvindo em rodas de chimarrão as lendas sobre os caudilhos do pampa e testemunhando o terror que os militares infligiam na região, com a justificativa de pacificar a fronteira. Com sete anos, seu pai é esfaqueado à traição após um duelo, assassinato que já se sugeriu que poderia ter motivações políticas.¹ Experiências de violência que continuariam na época da chamada Revolução de 1923, quando, já em Porto Alegre, atuará como jornalista militante do Partido Republicano Rio-Grandense, e que transformarão seu ideal na década seguinte, quando se tornará uma importante liderança da Aliança Nacional Libertadora, e deputado eleito pelo Partido Comunista do Brasil, no ano de 1947.

Formando-se em medicina, em 1929, com especialização em psiquiatria, em 1932, Dyonélio Machado chegaria, em 1956, ao cargo de diretor do Hospital São Pedro, maior instituição psiquiátrica do Sul do Brasil. No ano em que é empossado se completam dez anos que não publica um livro, e seriam ainda mais dez até que *Deuses Econômicos* fosse publicado em 1966.

Quando Dyonélio Machado é redescoberto pela crítica nos anos 70 do século passado, os vinte anos sem publicar foram motivo de especulação: perseguição política, incompreensão da crítica, dificuldades com mercado editorial, «autoexílio» do escritor, talvez motivado pela experiência de dois anos como preso político do Estado Novo ou por ressentimento pela cassação política, um ano após ter sido eleito deputado. Ao final dessas duas décadas de proscrição literária, que Maria Helena Albé define como sua fase de marginalização,² Dyonélio possuía na gaveta pelo menos

¹ «Será que seu assassinato não foi um acontecimento paralelo àquelas cenas de barbarismo ocorridas nas coxilhas e nas planuras gaúchas? O referido adversário pertenceria às hostes federalistas? A família de Dyonélio teve sempre uma presença marcante nas fileiras do Partido Republicano Riograndense» (Till 1995: 21).

² Para a pesquisadora, as etapas da relação de Dyonélio Machado com a instituição literária poderiam ser divididas em uma fase de tentativa (de afirmar-se), fase de (pseudo) afirmação, fase de marginalização, e, por fim, a fase de reconhecimento (Albé 1983: 88; 90; 92; 94).

cinco originais prontos para publicação, livros que, em parte, seriam publicados nas décadas de 1970 e 1980, enquanto o autor ainda era vivo. Após sua «redescoberta», escreve a conclusão de seus ciclos de romances e ainda produz duas novelas, nas quais se aproxima do realismo mágico, que era valorizado pelo *boom* latino-americano naqueles anos.³ Essa aproximação é algo paródica, pois desde seu primeiro livro de contos, ou de *O Louco do Cati*, encontramos alguns elementos fantásticos no realismo de Dyonélio Machado.

Em sua trajetória biográfica é possível encontrar a experiência de um indivíduo que testemunhou na pele a violência cotidiana sofrida pelas classes desfavorecidas, e que se dedicou como pôde a combater as injustiças sociais. Como escritor, utilizou sua experiência na produção de uma escritura de ficção muito particular, cujo estilo é reconhecível aos leitores que o distinguem dentro do sistema canônico da Literatura Brasileira.

Considerando sua vivência pessoal dos conflitos nas fronteiras nacionais, podemos indagar sua escritura como um saber liminar (cf. Mignolo 2003), que leva em consideração não apenas um dos lados das histórias locais de fronteira, mas ambos ou nenhum, quer dizer, a ausência de fronteira nacional. A caracterização por referência à região de nascimento se dá quando o chamam de «centauro dos pampas», algo que talvez soe inadequado ao «precursor da ficção urbana no Rio Grande do Sul», conforme expressão de Érico Veríssimo (*apud* Machado 2017: 257). Como então interpretar a produção de Dyonélio Machado em relação à região na qual nasceu e cresceu, relacionando sua literatura com o convívio em uma fronteira pampeana?

Seguiremos um caminho iniciado por Karina de Castilhos Lucena, em «Dyonélio Machado e Juan Carlos Onetti: aproximações na comarca do pampa» (2010). Nesse artigo, a pesquisadora propõe considerar a condição periférica da cidade de Quaraí, em relação às metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro, comparando a situação de Dyonélio Machado com a do uruguaio Juan Carlos Onetti, afastado por sua vez do centro cultural da capital argentina, onde residiu por longas temporadas. Lembre-se que, segundo Rama, Buenos Aires exerce uma grande influência cultural na região do pampa.

Além de distantes dos centros culturais (Buenos Aires, Porto Alegre), os escritores compartilhariam, também, a proximidade de experiência em seu meio físico, sistema econômico e social da região do pampa. Essas semelhanças regionais são fundamentais, pois transcendem as identidades nacionais, já que, segundo Rama, «o estado do Rio Grande do Sul, brasileiro, mostra vínculos maiores com o Uruguai, ou a região argentina dos pampas, do que com o Mato Grosso ou o Nordeste de seu

³ O conjunto produzido, após *Os Ratos* (1935), pode ser classificado, segundo sua data de lançamento, em «Tetralogia da perseguição e opressão»: *O Louco do Cati* (1942), *Desolação* (1944), *Passos Perdidos* (1946) e *Nuanças* (1981); «A trilogia da libertação» ou Trilogia Romana: *Deuses Econômicos* (1966), *Sol Subterrâneo* (1981) e *Prodígios* (1980); a trilogia *Os Flagelantes*: *Endiabrados* (1980), *Proscritos* (2014) e *Tercera vigília* (inédito); seguidos de *Ele vem do Fundão* (1982) e *Fada* (1982). Note-se que todas conclusões de ciclos possuem datas defasadas (ou antecipadas, no caso da Trilogia Romana), em relação à publicação dos volumes iniciais, o que atesta as dificuldades de publicação de Dyonélio Machado.

próprio país» (*apud* Lucena 2010: 96). Assim, para além da proximidade geográfica, haveria os aspectos de formação histórica compartilhada, lembrando que nos diversos tratados assinados entre Portugal e a Espanha, a delimitação da fronteira sul nem sempre foi constante, e que a região do atual Rio Grande do Sul já esteve diversas vezes sob domínio da Monarquia Hispânica.

Partindo do horizonte proposto por Karina Lucena, podemos nos propor encontrar elementos expressivos do entre-lugar dessa região de fronteira latino-americana, por via de uma abordagem que faça emergir os saberes vindos da experiência geográfica e histórica da comarca pampeana. No testemunho das histórias locais das fronteiras entre o Brasil e o Uruguai, poderíamos encontrar uma voz «outra», vinda de grupos silenciados nos processos de fixação dos limites políticos, no processo de modernização autoritária dessa região da América Latina.

Quanto ao caráter urbano da literatura do escritor, faremos uma aproximação à obra de Dyonélio Machado partindo de alguns motivos próprio da literatura cisplatina, segundo a análise de Ángel Rama em *Los gauchipolíticos rio-platenses* (1976). Por exemplo, o assombro que a movimentação política da violência populista das zonas rurais produz no intelectual metropolitano Domingo Sarmiento, em *Facundo o Civilización y barbarie*. Ou a tematização dos vencidos e deserdados, na poesia social da gauchesca de José Hernández, em *Martín Fierro*, onde o local de enunciação parte de uma classe abandonada por ambos os lados do jogo político.

Encontramos, na atenção que Dyonélio Machado presta aos pobres-diabos da fronteira, um escritor preocupado com o entre-lugar de duas nações, elaborando um «outro pensamento» que só poderia inquietar as autoridades brasileiras e sul-riograndenses. «Nasci quando ainda não findara a Revolução Federalista. E num lugar que fora o teatro dessa tremenda luta. Como se isso não bastasse, lá se achavam nossos vizinhos – os Orientais – vivendo o mesmo drama» (Machado 1995: 95).

2. Crime, fronteira e revolução em Dyonélio Machado

Buscando avançar na investigação da escritura de Dyonélio Machado, devemos nos remeter a dois ensaios de sua autoria, infelizmente esquecidos, mais fundamentais para a compreensão da sua poética: o livro *Política Contemporânea*, publicado em 1923 (Machado 2006), e a tese de doutoramento, publicada em 1933, *Uma Definição Biológica do Crime* (Machado 1933).⁴ Esses textos, básicos para a compreensão de aspectos de suas obras posteriores, nos fornecerão interpretações ambíguas para as figuras fronteiriças de Dyonélio Machado.

A primeira ambivalência será o «paradoxo da revolução», na qual aquilo que distingue a «boa violência» da «má violência» revolucionária não são os próprios atos violentos, mas um fato externo (a simpatia pública ou a consagração histórica dos atos). Na teoria da revolução que Dyonélio registra na década de 1920, a moralidade dos atos insurrectos não vem da intenção subjetiva de seus agentes, senão da interpretação coletiva.

⁴ O livro *O pensamento político de Dyonélio Machado* (Machado 2006) é uma coletânea de textos políticos do escritor, dentro dos quais foi reeditado uma versão abreviada de *Política Contemporânea* (1923).

Isso sugere que o que distinguiria um «bandido privado», erigido por si mesmo em «bandido público», conforme os termos do próprio Dyonélio (Machado 1995: 130), seria que o último pode se tornar um «herói militar» reconhecido historicamente:

Para o êxito das revoluções um elemento é indispensável: que o sentimento de revolta esteja amplamente generalizado. Do contrário, o ato revolucionário não terá repercussão e será punido como um crime comum; ou como diz Baner: se «as intenções» dos conspiradores «fossem de tal modo pessoais que não encontrassem nenhuma simpatia externa, a conspiração, quando mesmo alcançasse o seu objetivo imediato, não seria seguida de nenhum efeito importante: a violência empregada passaria por criminosa e provocaria a reprovação ou mesmo o horror entre a imensa maioria dos cidadãos.» Se, entretanto, o sentimento revolucionário estiver generalizado, tudo dependerá da habilidade com que for conduzida a revolução e do grau de aparelhamento defensivo com que contar o poder contra quem ela é dirigida. Se se tratar de uma sedição militar, o êxito dependerá, portanto, das operações (Machado 2006: 48).

Um exemplo dessa ambivalência histórica seria o reconhecimento público de Getúlio Vargas, político nascido na fronteira do estado, formado no mesmo Partido Republicano Rio-Grandense que Dyonélio, e também experimentado nas disputas políticas de 1923. Getúlio é reconhecido como herói revolucionário em 1930, passa a «bandido público» em 1937, e será novamente reconhecido como herói popular em 1951. O paradoxo da revolução registrado no livro de ensaios de Dyonélio, *Política Contemporânea*, manifestaria assim uma forma de análise da ressignificação histórica posterior a uma sequência de acontecimentos de «violência revolucionária».

Já em sua tese de doutorado em psiquiatria, teremos o «paradoxo do crime», que expressa certa relatividade em relação ao crime. O crime seria um fenômeno relativo, que manifestaria a inabilidade de certos indivíduos a se adaptarem às práticas de violência socialmente aceitas no momento. Para Dyonélio Machado, a variedade de indivíduos humanos violentos seria um fenômeno do mundo natural, logo, presente também em animais, sendo apenas o tabu social aquilo que define algumas práticas como crimes, enquanto outras são autorizadas pela lei. Um «assassinato» cometido em uma ação militar pode ser visto como ato honrado e não crime, por exemplo.

É necessário salientar que esses «dois paradoxos», geralmente ignorados pela crítica, são relevantes para se compreender a escritura de Dyonélio Machado. Em seu primeiro livro de ficção, *Um pobre homem*, publicado em 1927 (portanto, entre um e outro dos trabalhos ensaísticos já comentados), encontramos um conjunto de contos que pode nos ajudar a reconhecer a importância dessa matriz intertextual dyoneliana.

No conto «Reunião em Família», somos introduzidos a uma festividade social em que se comenta um complicado caso recente. Um fazendeiro conhecido fora assassinado por um peão com feições indígenas, sem motivo claro. Um célebre jornalista policial elenca suas razões, como desejo pela esposa, inveja da riqueza, até que um médico irônico fornece sua própria interpretação: o assassinato foi mera manifestação de um cérebro perfeitamente saudável. Considerando que o «criminoso» havia comentado, quando se afastava com o estancieiro para o campo, que este estava

com um penteado dividido ao meio tão perfeitamente alinhado, o «crime» teria sido apenas um exercício de pontaria para testar sua mira com um machado. Não haveria crime do peão indígena contra o estancieiro, portanto!

Já na narrativa de «Noite no Acampamento», um dos textos mais interessantes para se pensar a escritura fronteiriça de Dyonélio Machado, temos os últimos momentos de perseguição e morte do líder paraguaio Solano López. Na conclusão do conto, o general responsável pela captura escreve uma carta a seu Imperador, enquanto imagina a reação deste ao receber a correspondência, em que lhe relata ter sido vitorioso na disputa. Esse delírio de glória é contrastado com a fogueira de corpos mortos, e com o alarme de uma «orgia militar» sanguinolenta, que pouco serve para distrair seu deleite de glória histórica: «General, os soldados estão se excedendo. Bêbedos, estão imolando as mulheres, depois de cenas revoltantes de deboche» (Machado 2017: 58).

Enfocando a Guerra da Tríplice Aliança, um dos episódios mais violentos da história latino-americana, verdadeiro genocídio contra o povo paraguaio, Dyonélio Machado conclui o conto justamente no momento em que o «discurso histórico oficial» começa a rasurar um grande conjunto de crimes públicos, reescrevendo-os com tintas de vitória militar. «Noite no acampamento» seria reeditado em 1942, no número de outubro da *Revista do Globo*, poucos meses depois de o Brasil tomar partido na Segunda Guerra Mundial. A reedição do conto causou repúdio nas autoridades policiais, que esbravejaram nos jornais contra um possível «agitador internacional», «filho ilegítimo» e «desnaturado», que merecia ser «exemplarmente» punido (*apud* Machado 2017: 268). Nesse violento artigo, publicado no *Diário de Notícias* de 17 de outubro de 1942, o Tenente Coronel Correia Lima chega a invocar a lei de Segurança Nacional (*apud* Machado 1995: xxi). Dias depois, o escritor, assim como dois editores da revista, passariam uma noite na delegacia dando explicações, momento no qual Dyonélio Machado revive a sensação da detenção pelo Estado Novo, ocorrida entre os anos de 1935 e 1937. O contexto de guerra é aquele de radicalização do nacionalismo, e a repressão policial invade a vida literária para censurar possíveis campanhas «internacionalistas».

Voltando aos contos, podemos reconhecer a importância de relacionar sua produção ensaística como forma de análise da literatura do escritor. Essa intertextualidade permite perceber ainda melhor a ambiguidade das figurações de Dyonélio, que as situa numa posição de entre-lugar característica daqueles que conhecem as guerras de fronteiras. Mas será na análise de *O Louco do Cati*, que podemos ver de maneira mais ampla a potência da ambivalência para a interpretação de sua literatura. Livro publicado em 1942, seria o primeiro de uma série de livros que tematizariam a perseguição e encarceramento políticos, sendo também o texto que inaugura a incompreensão por parte da crítica. O próprio Dyonélio Machado assim o entendeu, como relatou em uma entrevista, na qual fala sobre seu desajuste com a instância crítica, a partir da publicação de *O Louco do Cati*: «A crítica literária foi impiedosa com a nova fase que *O Louco do Cati* abria. E com razão: o obscuro romancista que

Os Ratos havia divulgado já não era o mesmo. Seu gosto mudara, acompanhando uma tremenda mudança na sua vida: à sombra do cárcere». ⁵

3. *O Louco do Cati* e a ambivalência do crime revolucionário

Podemos desenvolver, a partir da análise dos paradoxos da revolução e do crime, uma interpretação de algumas das principais obras de Dyonélio Machado, começando por *O Louco do Cati*. Consideremos a história do famigerado Quartel, criado na região da fronteira para «pacificar» os grupos insatisfeitos com o processo de paz que encerra a Revolução Federalista de 1893. ⁶ O general João Francisco (a «Hiena do Cati»), estancieiro proprietário do quartel, é reconhecido líder militar da fronteira sul, saudado pelo uso de técnicas modernas no quartel do Cati. Sua atuação repercute como a de um caudilho degolador, líder de um grupo de combatentes. Em sua viagem para o Rio de Janeiro, é então aceito pelas elites da capital do Brasil daquele tempo. Depois, quando se posiciona contra o Estado Novo, padece perdendo sua reversão a coronel da Brigada Militar, assim como perdendo os benefícios de quadro oficial, até que no final da vida retoma sua pensão, honraria por serviços prestados à República (cf. Caggiani 1997). Variações de perspectiva sobre ser criminoso ou não, ao sabor dos interesses políticos do momento.

Dyonélio Machado conhecia de sua infância a violência política à maneira da *mazorca* de Juan Manuel de Rosas, ⁷ o terror político vindo da atuação do Quartel do Cati. Em seu romance encontramos suas memórias de juventude transformadas em literatura, algo bastante claro na memória de uma criança que vive sob ameaça mesmo de familiares, que o censuram quando pergunta sobre o que seria o Cati. O equívoco aqui seria fazer uma análise biografista, apontando a identidade entre protagonista e autor empírico. Algo fácil se somarmos às descrições do sofrimento da personagem (sua animalização) com a experiência de perseguição e encarceramento que origina o livro: as agruras de Dyonélio Machado, por dois anos encarcerado pela ditadura do Estado Novo.

Por essa ótica biografista encontramos apenas a percepção do Louco como uma vítima do terror, de tortura e perseguições do Quartel do Cati. Esquecemos que, nas descrições de quando era criança, a personagem sentia uma espécie de fascinação infantil pelos tenentes do Cati e que ainda jovem saiu de casa assistido por uma diligência de militares. Que em algum momento posterior de sua vida foi um afiador de

⁵ Essa reflexão de Dyonélio Machado apareceu na entrevista feita por Edla van Steen, em 1982, incluída no livro organizado por Maria Zenilda Grawunder (Machado 1995: 30); Steen, Edla van (1982), «Dyonélio Machado», *Viver e Escrever*, vol. II, Porto Alegre / Brasília: L&PM / INL, 123-139.

⁶ O período da Revolução Federalista de 1893 foi especialmente conhecido pela ocorrência de uma guerra suja nos dois lados da disputa, na qual ambas as facções acabaram adotando técnicas vergonhosas de enfrentamento, a principal sendo a degola (cf. D'Ávila 2013: 45-46; 50)

⁷ A *mazorca* foi uma organização miliciana, espécie de braço armado da Sociedad Popular Restauradora, agrupamento de partidários de Juan Manuel Rosas, que impôs sua vitória partidária através de estratégias criminosas. No pior dos períodos (1839-1841), perseguiu e degolou adversários, contexto que ficou conhecido como *El terror*. A violência militar de Rosas será combatida como manifestação bárbara do caudilhismo pampeano por Domingo Faustino Sarmiento em seu *Facundo o Civilización y barbárie* (publicado em 1845).

facas que eventualmente se tornaria uma espécie de Lobisomem da aldeia com todos os sintomas de um homicida, conforme descrito por Dyonélio Machado em sua tese de doutorado. Na trilha biográfica de parte da crítica acadêmica, desconsidera-se, justamente, a ambivalência de sua personagem e a ironia de Dyonélio Machado ao construir tal protagonista. Voltemos à tese de doutoramento:

Não nos furtamos a repetir que, no nosso intender [sic], os homicidas, nesses casos, abrigam o pensamento melancólico da sua infâmia. É preciso entretanto avivá-la, torná-la palpável, para ela melhor caracterizar-se. Nessas condições, as «imundícies» que bebem, constituem a «réplica», material, das «impurezas» dentro de si pelo fato do assassinio (Machado 1933: 226).

Consideremos os trechos iniciais do livro, no qual o Louco entra em cena comendo com a «sofreguidão serena e irracional dum cachorro, sem mastigar, o focinho horizontal, olhando para diante», a carne-seca que estava dentro de uma caixa de ferramentas e que «[c]heirava um pouco a ferros, a graxa mineral. Trazia aderentes, uns fios de estopa» (Machado 2003: 27). Assim como o momento em que se recorda que foi um lobisomem que «[c]omia imundícies, em todos os monturos... Tão nojento era, tão negro por dentro (e tanto empenho em se tornar mais negro, para aquela gira de maldade)» (254). A leitura desses trechos nos sugere que, em algum momento de sua vida, o Louco cometeu um ato que poderia ser descrito como crime de homicídio, «crime» que talvez fosse socialmente aceito no momento (por exemplo, uma ação militar). Assim, o Louco não seria apenas uma vítima atormentada pela perseguição, mas alguém cujo coletivo reconheceu apenas como «criminoso» e não como «herói público». Seria assim um combatente da fronteira, abandonado no processo de ressignificação da história política e militar.

Juntando essa informação às outras poucas informações narrativas que temos sobre o passado da personagem, podemos fazer uma relação não só com o paradoxo do crime, como com o paradoxo da revolução, levando em consideração que até a década de 1930 (período em que, no livro, a personagem Louco do Cati já se encontraria em idade adulta) foram muitas as oportunidades de praticar violências militares na região da fronteira. Tais práticas, socialmente aceitas no momento, poderiam ser, por exemplo, algum dos atos violentos dos conflitos de fronteira da Revolução de 1923. Não houve nela diversos assassinatos com potencial de se tornarem «historicamente gloriosos», e que posteriormente foram considerados infames?

Nas reminiscências fragmentárias do início do livro, podemos ler um trecho em que o jovem futuro-Louco assiste a uma cena de degola, na qual um tenente do Cati teve de trocar de uniforme, pois o anterior ficara todo ensopado de sangue:

O Tenente passou rapidamente pelo ponto onde se achavam os guris: tinha as feições excessivamente pálidas, finas [...]. Depois, aquele entrechocar de espadas, aquele atropelo, aquela algazarra da sedição, enchendo o estado-maior, o recinto da oficialidade. – Ao ouvir contar isso, essa tentativa de revolta dos oficiais do Cati, ele só via as caras pálidas, fantásticas, em uniformes negros, lendários... (Machado 2007: 34).

Somemos a esse trecho o desfecho do livro, no qual, já adulto, procura o Quartel do Cati: «Tudo, assim, havia sido uma ‘preparação’ para aquele momento, – o seu

momento [...] Mas que viagem – que volta para o atingir!» (Machado 2007: 257). E não devemos desconsiderar o fragmento de memória em que lembra ter trabalhado como afiador de facas: «um jorro de areia úmida varrera-lhe a face, salpicara aquele chapéu. Parecia o jacto de fagulhas do rebolo do amolador, quando afiava as facas de mesa, na rua matinal, rodeado de guris...» (26).

Um afiador de facas que, quando jovem, demonstrou certa fascinação pelos tenentes do Cati e que habita uma região de fronteira na qual a degola (política ou não) é cometida há décadas, às vezes justificada por motivos políticos, em nome de «Revoluções».⁸ Segundo o paradoxo do crime, o homicídio do Louco poderia ter sido perfeitamente algum crime de degola em nome da «violência revolucionária», próprio da Revolução de 1923, num pampa onde a falta de munição muitas vezes foi desculpa para tal prática. De vítima das perseguições, o Louco vai passando, assim, a degolador que não acabou como herói militar (ao contrário do próprio João Francisco «Hiena do Cati»).

Por sua criminalização póstuma, a degola seria motivo suficiente para transformar um fiel militante partidário em um «criminoso» pobre-diabo enlouquecido, que acaba seus dias como lobisomem da aldeia, antes de entrar em cena no livro.⁹ Mas não só o Louco pode ser analisado pela perspectiva ambivalente (vítima perseguida e criminoso degolador), mas também o que pode ser Cati, em sua repetição no presente. O gatilho final, no qual foge desesperado para o quartel de sua infância, é o reconhecimento de uma repetição do Cati em um grupo de revolucionários, que pretendia, justamente, derrubar a ditadura que encarcerou a personagem (cf. Machado 2003: 248-249).

Se para derrubar o fantasma do Cati-ditadura é preciso recorrer a um segundo Cati-revolucionário, volte-se para o original, ao Cati fonte do terror na infância. Sob análise do «paradoxo da revolução», o quartel não seria apenas origem da paranoia persecutória da personagem, mas também um lugar para recuperar a dignidade do assassinato como gesto heroico, segundo a visão legendária da degola pública com ares oficiais.

Nessa interpretação irônica ressoa a proximidade de Dyonélio Machado com dois de seus escritores favoritos: «Certa vez li uma comparação de Machado de Assis com Dostoiévski, que este tratava dos grandes crimes e Machado dos pequenos crimes. Eu já havia sentido isso antes de ler esta opinião» (Machado 1995: 46). A hipótese de interpretação ambivalente da personagem do Louco é referendada por um dos únicos trechos no qual Dyonélio Machado parece sugerir que deveríamos ler o texto por um viés irônico: «Certa crítica – algo importante no passado – esquece que ele

⁸ Segundo Ney Eduardo Possapp D'Ávila, em *Degola e Degoladores no Rio Grande do Sul 1889-1930*, houve degolas na revolução de 1923, e essas seguiriam ocorrendo mesmo nos períodos entre-guerras, geralmente por motivos de vingança, até a proibição após a Revolução de 1930 (cf. D'Ávila 2012: 118-123).

⁹ Grande leitor de Fiódor Dostoiévski, não seria estranho uma proximidade de *O Louco do Cati* com romances como *Crime e Castigo*, onde encontramos o protagonista Raskolnikóv às voltas com a sugestão de um «grande crime» justificado em nome da história, mas que se revela apenas um «pequeno crime» privado, e por isso não legitimado publicamente.

foi menino, que teve pais. Mãe sobretudo. Que viu horrores na infância, a servirem como elemento para um futuro mentecapto» (Machado 1995: 29).

Mas se nossa leitura faz sentido, por que é sempre da vítima perseguida e traumatizada que ouvimos falar, quando nos informamos a respeito do enredo ou do protagonista de *O Louco do Cati*? Muito provavelmente, pelo modo como o narrador descreve a personagem, apagando a quase totalidade de suas ações da superfície da narrativa, ao mesmo tempo em que o apresenta como sujeito infantilizado ou animalizado. Isso facilita uma interpretação biográfica e dificulta a visão de um protagonista algo maligno. Além disso, sem a intertextualidade dos ensaios de Dyonélio Machado, publicados antes de *O Louco do Cati*, não teríamos a evidência completa dessa leitura ambivalente.

Mas, seja vítima das perseguições e/ou combatente degolador, o Louco não deixa de ser um pobre-diabo abandonado pela história política. Apenas devemos levar em consideração um outro tipo de pobre-diabo: aquele manobrado para fins de violência política. É por isso que além de considerar o aspecto ambivalente do Louco, temos que ler o livro até o final. Depois que se transforma em lobisomem (símbolo da selvageria rural, da violência exterior aos muros da *polis*), o pobre-diabo descobre, enfim, que o Cati se tornou uma ruína. Qualquer que seja o sentido histórico do Cati, seu destino final é tornar-se uma ruína. E não seria esse o destino de todos os «Catis»?

4. As fronteiras e ruínas invadem a cidade letrada

Daremos um salto, agora, aos romances históricos de Dyonélio Machado. No período de decadência imperial da época de Nero, as fronteiras romanas já não ocultam sua instabilidade e Roma se apresenta em ruínas já na primeira cena de *Deuses Econômicos* (primeira edição de 1966). O primeiro capítulo, «A pérgula magistral», é denso de descobertas: Lúcio Sílvio e seus interlocutores discutem a relação entre cristianismo e estoicismo, entre Dionísios, Cristo e Orfeu, enquanto o protagonista vai aos poucos meditando sobre o «comunismo primitivo» do filósofo Evandro. E em meio ao contraste do fausto imperial e da decadência política, temos a seguinte conclusão sobre o grande incêndio de Roma, vinda de Caio Flávio, cujo humor, claro e direto, Lúcio Sílvio associa à região de Tessalônica:

O grande benefício da catástrofe (porque ela teve, paradoxalmente, um benefício) foi o urbanístico. Quanto mais não seja, no que se refere a essa alma duma cidade, a esse humor vital, que é a sua água. Daqui por diante a água de Roma será uma água eminentemente pública, a ser utilizada, imediata e abundantemente, por qualquer cidadão contra o fogo (Machado 1976: 40).

O mesmo incêndio que destruiria quase dois terços de Roma e que servirá de pretexto para o aparato policial perseguir cristãos e conspiradores como Sêneca, resultaria também no desenvolvimento da cidade. O incêndio e as ruínas da cidade imperial trariam como benefício o acesso a certas condições básicas de saneamento para moradores periféricos, antes não disponíveis para esses.

Um aspecto essencial da trilogia romana de Dyonélio Machado é que a dialética que se desenrola ao longo dos livros seja desenvolvida entre personagens

provenientes de uma «fronteira oriental» (semitas, egípcios, macedônios e cristãos da região de Tessalônica) e uma personagem vinda da fronteira ocidental, da Gália Transpadana, o vinhateiro Lúcio Sílvio. O protagonista lembrará as disputas de fronteira, nas quais se formou a família: seu pai participara com o avô na campanha contra Aníbal, conseguindo escapar com vida até Canúsio, onde «sofreu a degradação de servir sem honra e sem paga, como os restantes dos companheiros, no exército que se reorganizava. Era como Roma tratava seus filhos. Não lhes dando outra alternativa... Senão [...] de morrer combatendo» (Machado 1976: 46). Seu pai acaba a vida aos cinquenta anos, lutando como legionário nas trincheiras de Cipião Africano, o que lhe permite se fazer colono e se dedicar à viticultura, tornando-se bem-sucedido ao formar a primeira geração de uma humilde aristocracia rural da fronteira oeste do Império Romano.

É da região de Tessalônica que vem uma forma particular de «influência oriental», na proposta de revolução de Evandro, que Lúcio Sílvio associa aos grupos cristãos que se formavam sob influência seja de Jesus, seja de seus apóstolos. Para as personagens, a forma de culto própria do cristianismo seria uma manifestação oriental de religiosidade, diferente do paganismo oficial próprio ao Império Romano. Nesse sentido, o ponto de contato entre o cristianismo e o «comunismo primitivo» de Evandro é a origem marginalizada:

A escravidão, a pobreza, a miséria têm algo que ver com essa nova expressão do misticismo? Mas então o problema religioso, tão agudo neste momento para esses povos da secção oriental do Império, cai em cheio na órbita das questões meramente econômicas. E deverá constituir o tema e a preocupação, não de teólogos, mas de reformadores realistas e práticos da espécie dum Evandro. – Eis um ponto que está a desafiar uma meditação mais demorada, mais profunda (Machado 1976: 83).

É da periferia, das fronteiras e da região oriental que surge uma forma de pensamento liminar, uma diferença que é fermentada distante da metrópole. Não é forçoso sugerir a associação da «ameaça oriental» nesses livros, com aquela do tempo da Guerra Fria, a União Soviética, que estava em seu apogeu nos anos de produção dos dois primeiros livros da Trilogia Romana de Dyonélio Machado. Mas o que nos falta nesse percurso de leitura, até aqui, é a ambivalência dessas manifestações vindas da fronteira romana.

Ah, então não sabe da existência dum demônio malfazejo, o deus do século – Satã ou Apólion – que governa o mundo. E não sabe talvez, ou sabe muito imperfeitamente, que nasceu de uma mulher, não um Eon, concebido nas mais altas regiões celestes, mas um homem, que veio ao mundo para dar combate às forças do mal, personificadas em Apólion ou Satã. Pois esse homem é um demônio também. Um demônio daquela sua primeira categoria: um demônio de origem humana. – Você se refere a Cristo... Ela tem um gesto afirmativo (Machado 1976: 248-249).

Encontramos em outros trechos essa ambiguidade, quando um rabino afirma que Paulo de Tarso é um demônio (Machado 1976: 140), ou quando Jesus é associado a Diôniso, já que também seria um «Sol subterrâneo», um «Deus Econômico», divindade dos deserdados: «Além do que, como um demônio, Cristo-Jesus estaria mais próximo dos desgraçados do que como um deus» (249). Claro que podemos tomar

esse Cristo-demônio por via das fontes neoplatônicas, gnósticas e latinas, que serviram de material para o escritor, e considerar o termo *daimon*, em seu sentido pré-cristão, como um espírito ou uma entidade não necessariamente maligna.

Mas é a sugestão de um possível aspecto demoníaco que nos permite ver a duplicidade desse grupo de cristãos revolucionários da fronteira oriental. Algo que é esquecido, se apenas os tomamos como indivíduos sofredores, vítimas perseguidas pela ditadura de Nero. Os cristãos guardam algo de incendiário, e isso de certa maneira os aproxima do Imperador populista: «O fogo... o fogo... A ciência ressuma fogo. As religiões também. Não admira que o próprio cristianismo. Todos os deuses falam por meio do raio – que é o fogo do céu» (Machado 1976: 241). A diferença é que os cristãos não possuem «a força para realizar os seus desígnios. O Imperador poderia querer arrasar Roma pelo fogo. Mas então seria, esse, um ato de administração. Ato administrativo muito estranho» (244).

Essa ambivalência é importante quando consideramos a extensão de seu horizonte. Pensemos nos grupos de cristãos fundamentalistas que se multiplicam em tempos recentes, e o poder militar que desejam assumir na forma de ditaduras teocráticas. Pensemos em outros fundamentalismos contemporâneos, em fenômenos de terrorismo religioso, e entenderemos como poderia ser Jesus Cristo um demônio.

A representação de grupos cristãos em Dyonélio Machado deveria esperar até os *Endiabrados* (1980), na Trilogia dos Flagelantes, para manifestar seu aspecto criminoso. Nesse livro, um conjunto de agentes próximos à Igreja Católica procura articular crimes que ocorrem entre a instituição religiosa e o Estado nacional. Um contrabando de automóveis, eletrodomésticos, etc. despachados dos Estados Unidos como doação para a Igreja, que, posteriormente, os vende sem taxaço. Logo, as atividades filantrópicas da instituição religiosa descrevem-se como sendo só uma fachada.

Assim, são as representações irônicas, vindas da fronteira, que nos permitem pensar que Dyonélio Machado não defende partidos políticos em seus romances, como foi acusado pelas autoridades. Suas personagens estão sempre no entre-lugar, termo que manifesta bem a posição fronteiriça que estamos tentando identificar. Devemos levar a sério sua afirmação, em entrevista a Flávio Moreira Costa, de que «*O Louco do Cati* descreve uma cadeia política, mas diferente do que a preocupação política da época (esquerda e direita) estava acostumada». ¹⁰ Da mesma maneira que o periférico Naziazenno, o protagonista de *Os Ratos*, «está com um pé na “direita” e com outro na “esquerda”. E sente que precisa dar um passo, que não pode continuar naquela posição. Mas não dá o passo», como afirmaria o próprio Dyonélio Machado em 1935. ¹¹

Tanto o Louco como Ascalon, em *Prodígios* (1980), serão pobres-diabos adoecidos, assim como Maneco Manivela, Lúcio Sílvio e Evandro, depois de seu período de prisão por um regime militar. Esses últimos devem perseverar ao longo do último livro

¹⁰ A entrevista incluiu-se no livro organizado por Maria Zenilda Grawunder (Machado 1995: 29-30): Costa, Flávio Moreira (1976), «Grandezas e misérias de Dyonélio Machado, o centauro dos pampas», *Escrita*, São Paulo, n.º 7, 7 de março, 3-5.

¹¹ Neste caso, o entrevistador foi Carlos Reverbel (Machado 1995: 27): Reverbel, Carlos (1935), «Na prisão onde se encontra, o Dr. Dyonélio traça, sem querer, o seu perfil de idealista e lutador», *A Razão*, Santa Maria, 20 de novembro, 1.

de cada trilogia, para não restarem abaixo da linha da «vida nua», da animalização que exclui da cidade os proscritos políticos, os loucos, os miseráveis, os estrangeiros que ameaçam invadir o centro e que pairam nas proximidades das regiões de fronteira.

Podemos, então, afastar a análise tradicional, politicamente imediatista de suas obras, que gostaria de enxergar algum posicionamento político pontual de Dyonélio Machado nessas personagens, aproximando-nos dessa interpretação que destaca a ambiguidade fronteiriça de algumas de suas personagens. Lembremos que o escritor nasce em meio a uma das tantas guerras civis na região da fronteira do Brasil com o Uruguai. O caudilho Aparício Saraiva chegou mesmo a lutar em ambos os territórios, e podemos ver a existência do quartel do Cati, entre os anos de 1903 e 1910, como uma reação à Revolução de 1904, que ocorria no Uruguai.¹² Uma situação de violência que levaria Getúlio Vargas, nos anos 30, a atuar na região, para expulsar «todo pessoal da administração, da polícia, tudo para fora, porque – só para dar um exemplo, polícia aqui só dava bandido» (D'Ávila 2012: 119).

Tendo se formado no contexto das «revoluções» pampeanas, com contínuas reescritas do que seria crime ou ato patriótico no discurso histórico oficial, Dyonélio Machado testemunhou o nascimento da instituição policial da Brigada Militar de dentro de um grupo de combatentes organizados para a Revolução de 1893. Instituição na qual Dyonélio Machado se ofereceria como voluntário para lutar na Revolução de 1923, e pela qual seria encarcerado em 1935. Viu não só diversas «revoluções», como também suas ruínas, o que nos permite considerar uma forma de conhecimento que pode contradizer o discurso nacionalista oficial. Os textos de Dyonélio Machado possuem um saber fronteiriço oriundo de uma região onde ocorreram disputas que configuraram os limites não só geográficos como identitários: ser brasileiro, ser uruguaio, ser gaúcho.

Produzindo uma escritura irônica, que utiliza algumas das ferramentas mais consagradas da «cidade letrada» (cf. Rama 1998), como o realismo literário e o humanismo classicista latino, Dyonélio Machado criou uma cartografia ficcional com múltiplos sentidos, onde as cidades e suas fronteiras, a revolução e o crime, não possuem um valor estático ou delimitado. Essa percepção nos sugere uma outra motivação pela qual Moysés Vellinho teria marginalizado a ficção de Dyonélio Machado (cf. Machado 1995: 30; 43-44). Afinal, o principal crítico sul-rio-grandense das décadas de 1930-1950, aquele que ditava as regras da cidade letrada regional, também foi o responsável pela consolidação historiográfica da identidade de um «gaúcho brasileiro» que seria diferente do cisplatino.¹³

¹² A Revolução Uruguaia de 1904 foi o mais sangrento e decisivo conflito do país durante o século XX, disputa que se deu entre valores urbanos e intelectualistas, representados por José Batlle e Ordóñez, contra a cultura do caudilhismo rural, que naquele momento era encarnado por Aparício Saravia. Alguns de seus episódios ocorreram no território do Rio Grande do Sul.

¹³ Segundo a historiadora Ieda Gutfreind (1998), Moysés Vellinho foi o responsável pela sofisticação e consolidação da corrente lusitanista da historiografia sul-riograndense, responsável pela criação de um discurso histórico em que o «gaúcho brasileiro» seria distinto do cisplatino. Vellinho inclusive se esforçou por combater narrativas platinistas, que vinculavam a cultura sul-riograndense com as regiões vizinhas (Uruguai, Argentina, etc.).

A experiência de intersecção entre facções políticas castelhanas e brasileiras na região da fronteira entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina é o material que a comarca pampeana oferece para Dyonélio Machado criar uma escrita única, que confronta o centro cultural da metrópole com a ambiguidade dos deserdados da fronteira. O caudilhismo foi uma dessas manifestações típicas, que, angariando a simpatia popular das comunidades rurais, desaguou tanto em importantes revoluções de independência nacional como em grupos que exerceram violência extrema, na linha da *mazorca* de Juan Manuel Rosas.

Pensando o caráter político dos gaúchos, Dyonélio Machado afirmaria: «Não político na acepção de Aristóteles. [...] O gaúcho, mesmo quando não possuía cidades e até o gaúcho dos campos, que ainda não as tem, é um político» (Machado 1995: 93). O que sugere sua consciência de uma forma diferente de fazer política, em uma região onde mesmo as brincadeiras de criança tinham caráter violento, e na qual o trato violento já começa no trato com o gado e com o cavalo. «O Gaúcho, quer dizer o homem da fronteira, aquele que me é mais familiar» (94).

5. Deserdados e pobres-diabos da cultura gauchipolítica

Relacionando o olhar de Dyonélio Machado com a violência das transformações sociais na zona de fronteira, e com sua preocupação pelos pobres-diabos, encontramos certa relação com grandes clássicos da gauchesca, como *Facundo o Civilización y barbárie*, de Domingo Sarmiento, e *Martín Fierro*, de José Hernández. Do primeiro temos a indicação de manifestações do caudilhismo pampeano, que se aproxima do universo das classes populares campesinas, e que exerce uma política que, aos olhos da modernização metropolitana, é classificada como «bárbara». Assim, a *mazorca* de Juan Manuel Rosas se assemelha às ações criminosas dos grupos combatentes de João Francisco, do Quartel do Cati.

Já de José Hernández, temos a expressão de uma forma de literatura social que se preocupa com os deserdados da região do pampa, abandonados no processo de reordenação violenta imposto pelas lutas partidárias ou revolucionárias. É um dos processos analisados por Ángel Rama em *Los Gauchipolíticos Rioplatenses*. No *Martín Fierro* temos um gaúcho vencido e abandonado pelos partidos políticos. Segundo Ángel Rama, Hernández faz de suas personagens «un “tipo”, lo que hoy llamaríamos un arquetipo, al que consideró representativo de una “clase desheredada” y ya no de un partido restringido» (Rama 1976: 134-135).

Podemos, facilmente, relacionar o «tipo» vindo dos «pueblos vencidos» e a tematização de uma «classe deserdada» em Hernández, com a preocupação de Dyonélio Machado para com os pobres-diabos manobrados pelas diversas facções militares de seu tempo. Esses soldados que, inspirados por motivações heroicas ou pelo desejo de liberdade, acabaram sua vida como indivíduos anônimos, quando não perseguidos por crimes antes socialmente aceitos.

Podemos concluir, então, que, na literatura de Dyonélio Machado, nas forças vindas da região oriental ressoam tanto o medo da ameaça comunista do tempo da Guerra Fria quanto uma menção à vizinhança de sua cidade natal, a República

Oriental do Uruguai. A tematização da duplicidade da fronteira, para além do nacional, serve como reservatório de um saber distinto, «conhecimento outro», formado no entre-lugar dos projetos de nação. Algo que deve ser denegado pelas políticas de identidade, no processo histórico de constituição de um imaginário nacional, criador de um «gaúcho brasileiro» sem nenhuma relação com o território cisplatino.

É por isso que não nos basta apontar a latência da violência revolucionária do entre-lugar da fronteira nos livros de Dyonélio Machado, mas também a tematização das ruínas, e sua possível mensagem irônica para as metrópoles: mesmo o incêndio da maior capital do Império Romano teve como consequência positiva a ampliação do acesso ao saneamento básico para as populações periféricas da região. Não parece estranho, pois, que a marginalização de Dyonélio Machado na história da Literatura Brasileira pudesse ser explicada também pelo fato de o escritor ter adotado uma perspectiva marginal ante a cultura nacional, fazendo emergir os saberes da fronteira. Os vinte anos que passa sem publicar livros lhe pareceram mesmo uma expulsão para fora dos muros da cidade. Será como deserdado, ou exilado em vida, como o escritor se reconhece nos anos de marginalização, nos quais produz o volume da Trilogia Romana que acima analisamos.

Por isso, não é à toa que, na apresentação de *Deuses Econômicos*, mencione a imagem do desterrado: «Igual àqueles pobre-diabos, de quem ainda haverá gente que se recorde, que furtivamente embarcavam (era o tempo dos navios) e viam-se repelidos em todos os portos da escala» (Machado 1976: 9). Em entrevistas ou textos das últimas décadas de vida, mencionará o destino de Juvenal, «alcançado pelo exílio por causa de suas sátiras» (Machado 1995: 57) e Horácio, «um dos mais antigos anacoretas das letras» (20). Sentindo-se proscrito, opta por produzir uma literatura situada na decadência do Império Romano, carrega seu conhecimento das fronteiras para ainda mais longe: para aquelas outras, as fronteiras da própria civilização ocidental.

Referências

- ALBÉ, Maria Helena (1983), *Uma leitura de Os ratos de Dyonelio Machado*. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CAGGIANI, IVO (1997), *João Francisco: a hiena do Cati*, Porto Alegre: Martins Editor.
- D'ÁVILA, Ney Eduardo Possapp (2012), *Degola e Degoladores no Rio Grande do Sul 1889-1930*, Porto Alegre: Edigal.
- GUTFREIND, Ieda (1998), *A historiografia Rio-grandense*, Porto Alegre: Editora da Universidade.
- HERNÁNDEZ, José (2001), *Martin Fierro*, Madrid: Scipione.
- LUCENA, Karina de Castilhos (2010), «Dyonelio Machado e Juan Carlos Onetti: aproximações na comarca do Pampa», *Cadernos do IL* 41, 95-112.
- MACHADO, Dyonélio (1933), *Uma definição biológica do crime*, Porto Alegre: Globo.
- MACHADO, Dyonélio (1976), *Deuses econômicos*, Porto Alegre: Garatuja.
- MACHADO, Dyonélio (1980), *Endiabrados*, São Paulo; Ática.
- MACHADO Dyonélio (1995), *O cheiro de coisa viva*, org. de Maria Zenilda Grawunder, Rio de Janeiro: Graphia Editorial.

- MACHADO, Dyonélio (2003), *O Louco do Cati*, São Paulo: Planeta do Brasil.
- MACHADO, Dyonélio (2004), *Os Ratos*, São Paulo: Planeta do Brasil.
- MACHADO, Dyonélio (2006), *O pensamento político de Dyonélio Machado*, Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
- MACHADO, Dyonélio (2017), *Um pobre homem*, Brasília: Siglaviva.
- MIGNOLO, Walter (2003), *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, Belo Horizonte: Editora UFMG.
- RAMA, Ángel (1976), *Los gauchipolíticos rioplatenses*, Buenos Aires: Calicanto.
- RAMA, Ángel (1998), *La ciudad letrada*, Montevideo: Arca.
- SARMIENTO, Domingo Faustino (2018), *Facundo o Civilización y barbarie*, Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación.
- TILL, [Eneidy] Rodrigues (1995), *Dyonelio Machado: o homem, a obra*, Porto Alegre: E.R.T.